

Escola pública X particular

ALFREDO HERKENHOFF*

A Constituição diz que o Estado tem a obrigação de oferecer escolas gratuitamente a todas as crianças brasileiras. Por que tantos jovens são matriculados em escolas particulares? O governo agride os cidadãos, obrigando-os a passar noites em claro nas filas por vagas. Por que não criam um sistema de sorteio, acabando com as filas? Prioritariamente, seriam sorteadas as crianças que vivessem num determinado raio da escola. Em Cuba, por exemplo, faz-se um esforço para que nenhuma criança estude numa escola que a obrigue a andar grande distância a pé.

Mesmo dependendo de escolas públicas, muitos pais sabem que estas não estão funcionando bem – há sempre greves, turmas sem professores – e que seus filhos volta e meia correm o risco de perder o ano.

Os pais vão às escolas particulares e muitas vezes acabam tendo dificuldades para pagar a anuidade. Para os pais, é difícil, nessa hora, compreender claramente que a escola particular não tem obrigação com orçamentos domésticos em crise. E nessa hora é difícil exigir que o governo ofereça boas escolas porque isso é um processo demorado, que exige reformas no Congresso e verbas, enquanto a matrícula do filho é uma exigência imediata. Pressionados pelo orçamento, os pais tentam pressionar as autoridades a não permitir que as escolas aumentem os preços.

Há escolas no Rio que cobram quase mil reais por mês. Outras cobram mil por ano. Uma família rica não se preocupa com esses valores e concorda com um certo reitor da Universidade de Harvard que, visitando o Brasil, afirmou: “Só diz que não tem recursos para a educação quem desconhece os custos da ignorância”. Mas

se o preço pode ser um problema para tantos pais, para a escola é a razão de sua qualidade. Sem preço, a sobrevivência fica ameaçada e, antes do colapso, cai a qualidade do ensino.

Certa vez, numa campanha presidencial, Luís Inácio Lula da Silva disse que na França ninguém está preocupado com o preço da escola porque a pública, gratuita, é muito boa. Mesmo assim há escolas particulares, nos países ricos, cobrando o que consideram possível cobrar. Aliás, a escola particular, quando a pública é muito boa, costuma ser procurada por famílias que desejam dar a seus filhos uma educação de acordo com determinadas tradições, por exemplo, de método ou religião. Por isso é que muitas escolas, especialmente as mais antigas, gostam de alardear origem e vocação. Muitas nasceram ligadas a línguas, religiões, nacionalidades.

Será que é tão difícil entender que toda vez que os pais matriculam um filho numa escola particular também desobrigam o governo de ter uma despesa com aquele jovem? Quando uma criança estuda numa escola particular, deixa uma vaga aberta na pública. E a escola pública dá despesa ao governo, que paga mal aos professores. Portanto, o governo devia estimular a criação e ampliação de escolas particulares mediante redução de impostos, a exemplo do tratamento dado às igrejas, que praticamente não pagam tributo algum. Os próprios pais deveriam poder descontar do imposto de renda todos os gastos que fizessem com o ensino dos seus filhos.

Embora os brasileiros possam fundar estabelecimentos de ensino, há uma campanha, crônica e demagógica, que tenta jogar a opinião pública contra os donos de escola, alegando que querem ficar ricos.

Escolas fecham porque a atividade às vezes fica inviável com a interferência de burocratas, que esquecem de fiscalizar a qualidade das escolas públicas. As escolas particulares têm excelentes fiscais, que são as próprias pessoas que pagam as mensalidades. Meia dúzia de maus empresários, que pensam que educação é só um negócio, não podem denegrir a tradição de tantos educadores.

O governo investe mais no ensino superior, para onde vão os que tiveram boas escolas de primeiro e segundo graus. É a injustiça no ápice. Jovens ricos vão para a melhor universidade, a do governo, e não pagam nada porque lá tudo é de graça. As crianças pobres vão para a pior escola, a pública, e depois não vão a lugar algum porque nenhum burocrata pensou nelas quando estava interferindo na instituição particular.

O que aumenta abusivamente é a incompetência oficial. Autuar escolas por aumentos abusivos, como ocorre a cada início de ano, quase sempre é atestado de perseguição ideológica. O estado nega educação de qualidade aos pobres. E a dicotomia escola pública versus particular não serve a ninguém. A rede pública precisa de políticos menos cruéis que lhe garantam verbas. A particular, de liberdade porque a anuidade que cobra é a que alguém se dispõe a pagar. Se não puder receber, não funciona. Deteriora-se. Perde o seu fim.

O demagogo que chama o fiscal do governo para punir a escola particular está, no fundo, na posição de avestruz. Não vê a cruz que carrega. Esta só lhe será mais leve quando o Orçamento da União for chamado a pagar bem aos professores da rede pública.